



Felipe Jackson Silva de Jesus

**ESTADO, CLASSE E A IMPLANTAÇÃO DE CURSOS PRÉ
VESTIBULARES COMUNITÁRIOS: A FAVELA DA MARÉ RESISTE!**

Rio de Janeiro

2021

Felipe Jackson Silva de Jesus

**ESTADO, CLASSE E A IMPLANTAÇÃO DE CURSOS PRÉ
VESTIBULARES COMUNITÁRIOS: A FAVELA DA MARÉ RESISTE!**

Monografia apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial para aprovação no Curso Técnico em Gerência em Saúde.

Orientador(a): Mariana Lima Nogueira

Rio de Janeiro

2021

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho em primeiro lugar a Deus, que me deu saúde e forças para superar todos os momentos difíceis a que eu me deparei ao longo da minha jornada estudantil e no desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso.

Aos meus pais, que apesar de todas as dificuldades, sempre me apoiaram e incentivaram a estudar e alcançar meus objetivos.

Quero agradecer a minha orientadora Mariana Nogueira por todo o apoio, paciência no decorrer da pesquisa e empenho dedicado à minha pesquisa mesmo em tempos tão difíceis como foi o ano de 2020.

A todos os funcionários da instituição de ensino Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, por todo apoio, e por disponibilizarem ferramentas de estudo que possibilitaram o desenvolvimento do meu trabalho de conclusão de curso.

RESUMO

Esta pesquisa analisa determinações históricas da implantação de cursos pré-vestibulares comunitários na favela da Maré. O objeto desta investigação se relaciona com a história do autor que vive na favela há 19 anos. A Maré é um bairro localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro, constituído por um agrupamento de favelas onde estima-se que vivem 139 mil pessoas. Esta é uma pesquisa qualitativa que se apoia no materialismo histórico dialético. Foram estudados os conceitos de “favela”; “Estado”; e “classes sociais” e realizado levantamento bibliográfico online de artigos em base de dados virtuais utilizando descritores para investigar sobre a história de implantação de cursos pré-vestibulares na Maré. Este estudo foi desenvolvido no período de dezembro de 2019 a janeiro de 2021. Na teoria marxista identifica-se que o Estado age a favor dos interesses da classe burguesa. A favela é historicamente é território de moradia da classe trabalhadora e não recebe o apoio do Estado como precisa. Os cursos pré-vestibulares comunitários são iniciativas educacionais de variadas associações, trabalhadores da área de educação, grupos comunitários voltados a atender uma parte da população que é colocada em situação de desvantagem em relação ao seu ingresso a universidade pública por sua condição de classe. Estes cursos atuam com o objetivo de preparar os estudantes de classes populares para os vestibulares. Na sociedade capitalista o acesso à educação é desigual, a educação é entendida como mercadoria. O Estado cumpre com seu caráter classista quando desfavorece a juventude trabalhadora principalmente preta e moradora da favela, a ingressar no ensino superior. Porém, os trabalhadores das favelas não se contentam com esta situação de desigualdade e criam meios de ingressar na faculdade pública, um destes meios são os cursos pré-vestibulares comunitários. Entende-se que há contradições nos pré-vestibulares comunitários, pois eles ampliam a possibilidade dos moradores de favela ingressarem nas universidades públicas, mas não necessariamente questionam que o processo do vestibular é, em si, um processo excludente. No entanto, estes cursos podem significar para a juventude trabalhadora uma forma de resistência contra a exclusão que o Estado capitalista promove.

Palavras-chave: Estado; Classe; Vestibular; Favela.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1.INTRODUÇÃO | 06 |
| - Objetivo | 10 |
| 1.1 Metodologia | 10 |
| | |
| 2.APONTAMENTOS SOBRE OS CONCEITOS DE ESTADO E CLASSE SOCIAL: E A FAVELA COM ISSO? | |
| 2.1 Notas sobre o conceito de Classe Social | 14 |
| 2.2 Considerações sobre o conceito de Estado..... | 24 |
| | |
| 3. PRÉ-VESTIBULARES COMUNITÁRIOS: ASPECTOS HISTÓRICOS NA MARÉ | 33 |
| | |
| CONCLUSÕES | 44 |
| | |
| REFERÊNCIAS | 47 |

1. INTRODUÇÃO

A escolha do tema “Cursos pré-vestibulares na favela da Maré” se relaciona com a minha história, morei a vida inteira, nos meus 19 anos, na favela. A Maré é um bairro localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro. Ela é constituída por um agrupamento de favelas, composto por um conjunto de 15 territórios: Praia de Ramos, Parque Roquete Pinto, Parque União, Parque Rubens Vaz, Nova Holanda, Parque Maré, Nova Maré, Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau, Conjunto Bento Ribeiro Dantas, Conjunto Pinheiro, Vila dos Pinheiros, Novo Pinheiro (popularmente chamado Salsa e Merengue), Vila do João e Conjunto Esperança. A delimitação não inclui o território da comunidade de Marcílio Dias, que pertence ao bairro da Penha Circular (FERNANDES, 2015). No meu caso, moro desde que nasci no território chamado de Nova Holanda.

A Organização não Governamental (ONG) intitulada Redes da Maré (2019) vem realizando um censo desde o ano de 2011 que é dividido em três etapas: guia de ruas da Maré; censo de empreendimentos econômicos; e censo domiciliar. Este último apresenta a informação de que existe um total de 47.758 (quarenta e sete mil setecentos e cinquenta e oito) domicílios e estima que vivem em torno de 139.000 (cento e trinta e nove mil) pessoas morando nesta região. Este número de pessoas vivendo na Maré equivale ao quantitativo de habitantes de uma cidade de grande porte (CALVO, et.al, 2016)¹

¹ Segundo os autores: “municípios com menos que 25 mil habitantes são de pequeno porte, municípios com 25 a 100 mil habitantes considerados de médio porte e municípios com mais de 100 mil habitantes são de grande porte” (CALVO, et al, 2016, p.769).

A imagem abaixo ilustra o conjunto de favelas que formam o Complexo da Maré

Figura 1 – Mapa do complexo da Maré



Fonte: Fernandes (2015)

A Maré é o lugar onde cresci e vivo até hoje, no qual tive o prazer de fazer amizades e conhecer muitas pessoas, onde aprendi a enxergar a sociedade de uma forma diferente da qual as pessoas veem de fora. Quem não mora na favela e só é informado pela grande mídia entende como se este território fosse um lugar onde só estão presentes a criminalidade e marginais. Seguindo este tema, Campos (2007) exemplifica através de processos históricos que se relacionam a urbanização no Rio de Janeiro o quanto os territórios do “Do quilombo a favela” são criminalizados pelas classes dominantes:

Os grupos dominantes, historicamente, produziram o inusitado: a estigmatização do espaço apropriado pelas classes trabalhadoras. Em outras palavras o favelado é considerado classe perigosa atualmente por representar o diferente, o outro, no que se refere a ocupação do espaço urbano. Obviamente, a cor continua a ser um dos elementos fundamentais, mas a favela esconde parte dessa diferença étnica. Negros, brancos, paraibás, baianos, entre outros atores sociais são, antes de tudo, pobres, mas são classificados em geral, pelos formadores de opinião como pertencentes as classes perigosas (CAMPOS, 2007, p.63).

A mídia reproduz uma visão da favela como um espaço onde é rigorosamente relacionado a pobreza e a classes perigosas, e as pessoas que vivem nesse território consequentemente são vistas com um preconceito, como se o morador estivesse predisposto a fazer parte da vida do crime. Essa visão de predisposição dos moradores só se fortalece através do que é visto na mídia, reforçando a ideia de carência, análoga a visão de “pobre coitado”, ou do criminoso com o selvagem, mau. Isso mostra as adjetivações da favela em relação ao favelado em visão do restante da cidade (SILVA, 2010).

Uma primeira pergunta que me fiz ao desenvolver esta pesquisa foi: como nomear o território onde eu vivo? Foi nesse momento que aprendi que o termo *comunidade* é uma forma mais tolerável de apresentar nosso território para as pessoas de fora, para sermos vistos com menos preconceito, porque o termo *favela* é tratado com certa discriminação por pessoas de fora (FIELL, 2011). Qualquer parte da cidade pode ser chamada de comunidade, porém por trás da palavra “favela” tem todo um contexto histórico (terra ocupada por ex escravos) que define aquilo que somos. Assim, entendo ser importante nomear o local onde moro por *favela* e não reproduzir o preconceito que as pessoas de classe mais privilegiada determinam como certo. A Favela não é ruim, não é algo negativo. É um lugar de resistência dos trabalhadores que por muito tempo não contaram com condições dignas de vida, muitos vivem em precárias condições sociais.

Na Maré vivenciei projetos sociais de diferentes áreas como esporte, cultura, artes plásticas, e dentre eles um projeto na área da educação, um preparatório que me proporcionou o acesso a conhecimentos que contribuíram para a minha aprovação e ingresso como estudante na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), instituição pública federal vinculada a Fundação Oswaldo Cruz.

Estas experiências me fizeram refletir como esses projetos são importantes e ajudam as pessoas que não tem condição de fazer um curso privado “por fora”, e eu sou prova disso, meus pais não tinham condição de pagar um curso, mas eu tive a oportunidade de participar de um curso preparatório totalmente gratuito proporcionado por uma ONG que atua na favela, e com a ajuda do curso consegui passar para EPSJV. Vi diversos amigos meus alcançando os seus objetivos de passar para escolas federais e esse foi um dos grandes motivos para a minha escolha desse tema.

Existem diversos projetos que são feitos em favelas nos campos da arte, esporte, literatura, música, cinema, ciência, cultura, educação, tecnologia, meio ambiente, dança, teatro, fotografia, entre outros. E eu vejo que isso influencia bastante os jovens, podendo funcionar como um espaço onde possam interagir entre si. É de extrema importância que as pessoas que moram na favela tenham acesso a espaços culturais, esportivos, educacionais entre outros, pois historicamente a oferta de equipamentos e serviços públicos é distribuída desigualmente na cidade.

A partir das ações produzidas por projetos sociais podem ser abertos espaços de discussão de diversos temas importantes que acontecem no cotidiano dos moradores da favela, principalmente sobre a violência que ocorre no local onde moram, produzidas pelo Estado capitalista, e seus efeitos negativos, trazendo uma reflexão crítica para as pessoas que vivem no local. Pergunto, assim, qual é a relação entre cursinhos pré-vestibulares nas favelas e a função do Estado em prover políticas públicas?

Para o desenvolvimento da presente pesquisa foi necessário aprofundar os estudos sobre os conceitos de “Estado” e “classes sociais”. Segundo Gutierrez (2006), é importante destacar que a partir da década de 1990 há alterações na forma do Estado, e com isto as ONGs constituem o chamado “Terceiro Setor”. A autora destaca que valores como a filantropia e voluntariado quando norteadores das ações deste setor enfatizam ações caritativas e não necessariamente ações políticas.

O tema da presente pesquisa é relevante, pois pretende estudar e dar visibilidade para o território do complexo da Maré com o objetivo de obter e analisar informações sobre os cursinhos pré-vestibulares da região.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar determinações históricas da implantação de cursos pré-vestibulares comunitários na favela da Maré.

Os objetivos específicos são:

a) identificar a relação entre o Estado e a implantação de cursos pré-vestibulares comunitários;

b) identificar aspectos históricos da implantação dos cursos pré-vestibulares comunitários na favela da Maré.

1.1 METODOLOGIA

Esta pesquisa possui abordagem qualitativa, pois a temática que compõe o objeto deste estudo não pode ser explicada por estatísticas ou variáveis numéricas. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa investiga fenômenos e processos que não podem ser quantificáveis, analisa relações da vida social produzidas historicamente.

Nessa pesquisa, é usado como base o método materialista histórico dialético, fundamentado por Karl Marx (2012). Segundo Netto (2011, p.22), este pode ser definido como: “o método de pesquisa que propicia conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto”. Parte de uma compreensão de que a realidade é complexa, síntese de múltiplas determinações, e que para analisar um objeto de estudo é necessário mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los e revisá-los. Conforme afirma Marx (apud. NETTO, 2011, p.25) o investigador: “tem de apoderar-se da matéria em seus pormenores, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de investigar a conexão que há entre elas”.

Para Marx "a realidade é saturada de determinações e é dinâmica"(MARX apud MONTAÑO, 2011, p.34). Ou seja, ela é repleta de perspectivas, muitas delas podendo divergir-se entre si ou até mesmo se complementarem. Por isso, Marx não trabalha com definições absolutas, mas trabalha para que a partir de diferentes perspectivas, seja possível chegar a uma conclusão relevante em uma pesquisa (MONTAÑO, 2011).

Para aplicação deste método na análise da realidade social é fundamental a utilização de três categorias: totalidade, contradição e a mediação (KONDER, 2008). Netto (2011, p.57-58) define que a categoria totalidade não é um todo somado de partes, mas: [...] uma questão crucial reside em descobrir os processos concorrentes nas totalidades constitutivas tomadas nas suas diversidades, e entre elas a totalidade inclusiva que é a sociedade burguesa. Tais

relações nunca são diretas, elas são mediadas não apenas pelos distintos níveis de complexidade, mas sobretudo pela estrutura peculiar de cada totalidade.

Sem os sistemas de mediações que articulam tais totalidades, a totalidade concreta que é a sociedade burguesa seria indiferenciada, e a indiferenciação cancelaria o caráter do concreto já determinado como unidade do diverso.

Articulando estas três categorias nucleares Marx construiu a base da teoria social. A totalidade pode ser percebida como um processo que nunca atinge uma etapa absoluta, porque qualquer objeto que possa ser percebido ou criado será parte de um todo. A totalidade pode ser definida como a visão de um conjunto, onde podemos avaliar a dimensão de cada elemento encontrado e relaciona-los entre si, e assim chegar a uma compreensão significativa da realidade, na qual se relaciona a pesquisa. É importante destacar que há sempre há objetos que escapam de sínteses trabalhadas, porque a realidade sempre é mais rica do que o conhecimento que temos dela, porém isso não menospreza a experiência de criar sínteses (KONDER, 2008).

Assim, para que ocorra uma análise dialética é importante que se realize uma investigação sobre a totalidade do objeto de estudo, atentando para a análise das contradições e mediações concretas presentes em cada síntese. Este processo é importante para o melhor reconhecimento da totalidade em que a realidade está efetivamente articulada.

No começo da pesquisa a proposta era que entre os meses de fevereiro e março de 2020 seria feita a análise documental e ida até a Ong Redes da Maré, porém em meados do mês de março uma pandemia atingiu o Brasil, a doença Covid-19. O vírus SARS-COV 2, causador da doença Covid-19 fez nosso país se mobilizar, refletindo em decretos impostos pelo governo para os cidadãos entrarem em estado de quarentena, e apenas os serviços determinados essenciais poderiam funcionar nesse período.

Segundo o Ministério da Saúde, desde de março deste ano de 2020 até o dia 14 de janeiro de 2021, já foram confirmados no Brasil mais de 8 milhões de casos por Covid-19 e mais de 207 mil óbitos pela doença (MS, 2021). O estado do Rio de Janeiro é um dos mais afetados do Brasil, com um número de morte de pelo menos 27.400 pessoas por Covid-19, número maior do que aconteceu em muitos países (CONASS, 2021).

A favela da Maré é a região de favela com o maior número de infectados e mortos pelo novo coronavírus na cidade, são ao menos 2449 casos confirmados e 158 óbitos pela doença (COMUNIDADES CATALISADORAS, 2021).

Com esse imprevisto, ou melhor, com essa crise sanitária, redesenhamos a pesquisa e ao invés de irmos até a sede da ONG Redes Maré que fez alguns censos na favela e poderia fornecer informações sobre a implantação dos pré-vestibulares comunitários no território, recorremos a outra estratégia metodológica: realizamos uma pesquisa no censo disponível no sitio virtual da ONG com o objetivo de mapear os cursos na área da educação oferecidos por projetos sociais situados na favela da Maré. Nesta pesquisa não foram encontrados dados sobre os projetos sociais que atuam na área da educação nas localidades, logo, enviamos e-mail para a ONG. Enviamos três vezes os e-mails e na terceira vez, depois de minha orientadora também ter entrado em contato com a Organização por telefone, conseguimos uma resposta. A Redes Maré informou que neste momento de pandemia está voltando a sua atenção para a distribuição de cestas básicas na favela, pois tudo indica que a Covid-19 afetou o emprego de muitas pessoas. Assim, a ONG informou que não tem esse levantamento dos cursos e projetos voltados para a área da educação no território e que não poderia nos ajudar com outras informações devido à pandemia.

Portanto, não fizemos mais as entrevistas como previmos inicialmente ao planejarmos entrevistar jovens que estudam em cursinhos pré-vestibulares na favela. No entanto, desenvolvemos os temas sobre favela, classe social e Estado, e além disso foi realizado levantamento bibliográfico na base de dados da Biblioteca Eletrônica Online (SciELO), utilizando os descritores "favela" e "vestibular" para investigar a história de implantação de cursos pré-vestibulares na favela da Maré.

Ao realizar uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de encontrar dados sobre a história da Maré, foi feita uma visita ao sitio virtual do museu da Maré onde não foram encontrados dados que estávamos buscando. Logo, foi feita uma busca no catálogo de teses e dissertações do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando a palavra chave “pré-vestibular comunitário” onde foram encontradas 19 produções bibliográficas (17 dissertações de mestrado e 2 de doutorado), foram lidos todos os títulos e resumos das bibliografias encontradas, e apenas uma das dissertações abordavam o tema de “pré-vestibulares comunitários na Maré”.

Portanto, foi realizada a leitura desta dissertação cuja temática é base para um dos capítulos da monografia.

Após essa pesquisa continuamos em busca de documentos que contribuíssem para o desenvolvimento da monografia. Utilizamos a base de dados Scielo usando as palavras chaves “favela”, “Maré” e “vestibular”, porém não foi encontrado nenhum artigo. Posteriormente utilizando as palavras combinadas “Maré” e “vestibular” foi achado um artigo do ano de 2008, com base em um tema sobre a relação professor/aluno na favela da Rocinha, o que não faz relação com o objeto de pesquisa. Ao utilizar apenas a palavra chave “Maré” foram encontrados 537 resultados, seguidamente utilizando as palavras chaves “Maré” e “Favela” foram encontrados 14 artigos e ao adicionar o filtro “artigos do Brasil” foram encontrados 7 resultados, nos quais os temas se relacionavam a, “gênero e violência nas favelas”, “saúde do adolescente na Maré”, “dança e segregação na cidade”, “expansão do mundo do crime”, “medo e resistência na favela da Maré”, “juventude, território, psicologia e política” e “raça, homossexualidade e desigualdade social”. Através desta pesquisa foi concluído que nenhum destes artigos tem relação com o objeto de pesquisa.

É importante destacar que entre os sete artigos identificados no Scielo três temas tinham relação com “violência”, o que dá ênfase a discussão de que a favela é vista como um espaço onde o crime e a violência são predominantes, reforçando este estereótipo.

Utilizando uma ferramenta de pesquisa diferente chamada “Google acadêmico” ao pesquisar as palavras chaves “Maré” e “favela” foram encontrados 10.200 resultados, ao refinar a pesquisa utilizando as palavras “Maré”, “Favela” e “Vestibular” foram encontrados 1.030 resultados. Ao refinar a pesquisa selecionando um período específico da publicação dos documentos do ano de 2016 e 2020 foram encontrados 381 resultados. Ao aplicar os métodos de pesquisa avançada exigindo que as palavras chaves fossem encontradas no título do artigo, foi encontrado um resultado com o tema relacionado a experiência de estudantes do Curso pré-vestibular comunitário do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM).

2. APONTAMENTOS SOBRE OS CONCEITOS DE ESTADO E CLASSE SOCIAL: E A FAVELA COM ISSO?

Para esta investigação é utilizada como estratégia de pesquisa o aprofundamento teórico dos conceitos “classe social” e "Estado" a partir de autores que utilizam o mesmo referencial teórico e metodológico que fundamenta este estudo, o materialismo histórico dialético. Os autores que nos apoiamos para desenvolver estudo sobre os conceitos citados são: Marx (2012), Gramsci (2012) entre outros que desenvolveram escritos com base nos referidos autores.

2.1 Notas sobre o conceito de Classe Social

De acordo com o Dicionário do Pensamento Marxista (2013), o conceito de classe é muito importante na teoria marxista, mesmo que os autores Marx e Engels não o tenham formulado sistematicamente. Esse conceito é importante porque funcionou como auxílio para o entendimento do que é proletariado, ou seja, uma nova força política adotada em uma luta pela independência. Essa descoberta funcionou como um “gatilho” para que Marx fundamentasse toda a sua teoria, analisando a estrutura econômica da sociedade e seus processos de desenvolvimento. Desta forma, a estrutura de classes do início do capitalismo e as lutas de classes na sociedade construíram o ponto de referência essencial para a teoria marxista da história.

Segundo Mattos (2007) o conceito de classe social, quando citados em análise com base no materialismo histórico, são constantemente relacionados a luta de classes. A expressão "classe" sofreu diversas mudanças ao longo do tempo sendo analisada por variados autores, cada um com suas peculiaridades, baseada em desigualdades econômicas e sociais na sociedade capitalista. Essa expressão indica um momento de representação dos trabalhadores do lugar que eles ocupam socialmente, interesses comuns e oposição de interesses em relação a outras classes.

Em Marx e Engels o termo classe surge como um dos principais conceitos de sua proposta para análise da sociedade, no começo podia-se dizer que o proletariado era uma nova força política que teria um grande impulso a favor da igualdade e justiça perante a classe oposta, a classe da qual os donos dos meios de produção fazem parte (MATTOS, 2007). Em

relação às questões da formação de uma classe por parte de indivíduos Marx e Engels definem:

Os indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que têm que manter uma luta comum contra outra classe; no restante, eles mesmos defrontam-se uns com outros na concorrência. Por outro lado, a classe autonomiza-se em face dos indivíduos, de sorte que estes últimos encontram suas condições de vida preestabelecidas e têm, assim, sua posição na vida e seu desenvolvimento pessoal determinados pela classe, tornam-se subsumidos a ela. Trata-se do mesmo fenômeno que o da subordinação dos indivíduos isolados à divisão do trabalho, e tal fenômeno não pode ser suprimido se não se superam a propriedade privada e o próprio trabalho (MARX & ENGELS apud MATTOS, 2013, p.35).

Existem muitas definições de classes que são apontadas por diversos autores e das definições de conceito de classe que Mattos (2007) traz em sua obra, ele aponta variadas explicações desse conceito, dentre elas a apresentada por Lenin e que muitos julgam ser a mais completa para definir o termo "classe" no campo do marxismo. Lenin afirma então que:

As classes são grandes grupos de homens que se diferenciam entre si pelo lugar que ocupam em um sistema de produção social historicamente determinado, pelas relações em que se encontram com respeito aos meios de produção (relações que as leis referendam e formulam em sua maior parte), pelo papel que desempenham na organização social do trabalho, e, conseqüentemente, pelo modo e proporção em que recebem a parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos humanos, um dos quais pode apropriar-se do trabalho de outro por ocupar postos diferentes em um regime determinado de economia social. (LENIN apud MATTOS, 2013, p.39).

É possível afirmar que “a definição de Lenin corresponde a uma preocupação com a dimensão ampliada de reprodução global do capital, como atenta à perspectiva relacional inerente ao uso marxiano de classe” (MATTOS, 2007, p.39).

O entendimento sobre a luta de classes como uma força que move/impulsiona a história foi sendo desenvolvido em diferentes textos dos autores Marx e Engels (BOTTOMORE, 2013), e no Manifesto Comunista uma das principais obras destes autores, eles asseguram que “a história de todas as sociedades que até hoje existiram é a história da luta de classes” (MARX; ENGELS, 1998, s.p.). Foi argumentado também no Manifesto Comunista que: “nas épocas mais antigas da História, encontramos em quase toda parte uma

complicada disposição da sociedade em várias ordens, uma múltipla gradação de categorias sociais” (MARX; ENGELS,1998), então desde os tempos mais antigos a sociedade era ainda sim dividida em grupos, e a característica da época burguesa contrasta essa situação que é tão presente nos dias de hoje, de que “a sociedade como um todo está cada vez mais dividida em dois grandes campos hostis, em duas grandes classes que se enfrentam diretamente, a burguesia e o proletariado” (MARX, ENGELS, 1998, s.p.).

Segundo Marx e Engels (1998), faz tempo a sociedade é dividida em partes, na época do feudalismo, por exemplo, era possível perceber a sociedade dividida em uma forma de estamentos, onde as pessoas tinham seus postos sociais definidos na maioria das vezes por sua hereditariedade. Sendo assim, a sociedade era separada em grupos de pessoas somadas e não por classes.

Marx e Engels estudavam o conceito de classes, tinham o entendimento de que uma classe existia apenas de forma que era oposta aos interesses de outra classe existente, nesse caminho é possível fazer uma relação direta com a luta de classes, dessa forma. A associação entre os conceitos de "classe" e "luta de classes" tornavam-se assim aptos de compreensão os fundamentos das divisões econômicas e sociais das sociedades capitalistas em relação aos conflitos sociais que ocorreram na história da sociedade (MATTOS, 2007).

Em nossa sociedade atual é muito comum as cidades serem associadas ao capitalismo, o que faz bastante sentido, pois o capitalismo teve seu maior crescimento em cidades, no entanto o capitalismo teve seu nascimento em áreas rurais, no campo (WOOD, 2000). A autora Wood (2000), explica como a divisão social presente na sociedade existe desde bem antes do capitalismo, a divisão entre os apropriadores e os produtores. Sendo assim os apropriadores tomam o posto de expropriadores desses produtores, pois tinham posse dos poderes coercitivos e políticos na sociedade. Alguns desses apropriadores do campo seguiam métodos que são início de práticas capitalistas mesmo antes do capitalismo, onde usavam seus meios de comércio em função do lucro, antes das indústrias.

A partir do sec. XV acontece a crise do sistema feudal na Europa, e isso resulta na transição do sistema feudal para o sistema capitalista, as grandes indústrias tomaram o posto de dominância no mercado e da economia da sociedade, com isso as grandes indústrias contratavam uma grande massa de trabalhadores que vendiam sua força de trabalho para esses donos de indústrias, onde apenas os burgueses ganhavam e os ricos ficavam cada vez

mais ricos, a partir daí a sociedade começou a ser dividida em classes, e não apenas como um grupo de pessoas somadas. Foi dividida em dois grupos opostos, a burguesia e o proletariado, onde a burguesia explora os proletários em troca de sua força de trabalho. Com isso podemos ver que a sociedade não evoluiu a ponto que a exploração da burguesia em cima do resto da sociedade acabasse, só foi mudada a forma com que essa exploração acontece (MARX; ENGELS, 1990).

Segundo Wood (2000, p.14):

Na França, por exemplo, onde os camponeses constituíam a maior parte da população e ainda permaneciam com a posse de terra, um cargo público era um meio de sustentação para muitos membros das classes dominantes, um meio de extração de sobretabalho dos camponeses na forma de trabalho, e mesmo a grande maioria dos senhores de terras dependiam de poderes e privilégios extra-econômicos para economizar sua fortuna. Em consequência, os camponeses tinham acesso aos meios de produção, à terra, sem precisar oferecer sua força de trabalho no mercado como uma mercadoria.

Este processo fez com que o capitalismo se expandisse mais e com que os pequenos produtores se tornassem escravos do capitalismo, sendo assim, com que os mesmos tenham que seguir o método capitalista de produção e vendam sua força de trabalho como mercadoria, pois seria uma das únicas alternativas para que o produtor pudesse usufruir dos meios de seu próprio trabalho, e atender suas necessidades básicas. A sociedade desde o feudalismo já era dividida, entre aqueles que trabalhavam em terras e os que se apropriavam do trabalho destes, ou seja, apropriadores e produtores (produtores diretos: camponeses). Esses relatos que Ellen Wood cita se passam na Europa, desde o feudalismo até a sua transição para o capitalismo, desde antes do séc. XVII até meados do séc. XIX. Entende-se, assim, que “a história do capitalismo agrário e tudo que segue mostra com clareza que, onde quer que os imperativos do mercado regulem a economia e governem a reprodução social, não há como escapar da exploração” (WOOD, 2000 p.28).

Marx percebia que, embora os camponeses fizessem parte da mesma classe eles não desenvolviam relações entre eles e os outros trabalhadores. Sendo assim, também não partilhavam de seus interesses comuns, o que não contribuía para o seu entendimento de constituição classe. Nesta obra, afirmou de forma dialética que os camponeses formavam e não formavam uma classe:

Na medida em que milhões de famílias vivem em condições econômicas de existência que as separam pelo seu modo de viver, pelos seus interesses e pela sua cultura das outras classes e as opõem a estas de modo hostil, aquelas formam uma classe. Na medida em que subsiste entre os camponeses detentores de parcelas uma conexão apenas local e a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhuma comunidade, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, não formam uma classe (MARX apud MATTOS, 2013, p.37).

Essa desigualdade aumenta cada vez mais com o passar do tempo, os ricos ficam cada vez mais ricos, enquanto os pobres ficam cada vez mais pobres. Os donos dos meios de produção enriquecem cada vez mais com sua grande massa de trabalhadores operando nas fábricas porque a grande maioria da população é coagida a vender sua força de trabalho para a burguesia (MARX; ENGELS, 1998).

Como a burguesia tem domínio do poder econômico, logo eles também têm domínio do poder político e social, obtendo então um poder maior sobre a sociedade, mesmo sendo minoria em quantidade. A burguesia utiliza desse domínio do poder político e econômico através do Estado a seu favor e afeta diretamente o proletariado (WOOD, 2000). Com a chegada das indústrias começou a existir os imperativos da competição e acumulação, e os apropriadores burgueses, donos dos meios de produção, começaram a gerir todo o mercado em função de lucrar o máximo possível, crescer, ser o maior, e tudo isso tornou o mercado cada vez mais competitivo. Wood (2000) cita que esses são os chamados meios “extra-econômicos” que os apropriadores usam para obter poder e controle sobre os produtores.

Marx referenciou os conceitos de classes sociais e luta de classes em sua análise da realidade e da correlação de forças sociais, ressaltando movimentos de interesse da classe trabalhadora contra o interesse da classe dominante:

O movimento político da classe operária tem como objetivo último, é claro, a conquista do poder político para a classe operária e para este fim é necessário, naturalmente, que a organização prévia da classe operária, elaborada na prática da luta econômica, haja alcançado certo grau de desenvolvimento. Por outro lado, todo movimento em que a classe operária atua como classe contra as classes dominantes e trata de forçá-las ‘pressionando do exterior’ é um movimento político. Por exemplo, a tentativa de obrigar, através das greves, os capitalistas isolados à redução da jornada de

trabalho em determinada fábrica ou ramo da indústria é um movimento puramente econômico; pelo contrário, o movimento visando a obrigar que se decreta a lei da jornada de oito horas etc. É um movimento político. Assim, pois, dos movimentos dos operários separados por motivos econômicos, nasce em todas as partes um movimento político, ou seja, um movimento de classe, cujo alvo é que se dê satisfação a seus interesses em forma geral, isto é, em forma que seja compulsória para toda a sociedade. Se bem que é certo que estes movimentos pressupõem certa organização prévia, não é menos certo que representam um meio para desenvolver esta organização (MARX apud MATTOS, 2013, p. 266).

Ou seja, essa citação mostra que um movimento político que tenha sido desenvolvido a favor de interesses comuns dos trabalhadores, do proletariado, não é apenas um movimento econômico mas um movimento político e de classe. Dando um exemplo claro sobre a luta de classes, onde os trabalhadores lutam contra a exploração que a burguesia impõe sobre a classe trabalhadora.

No capitalismo os trabalhadores dependem do mercado para vender sua força de trabalho, os capitalistas dependem dele pra comprar a força de trabalho também pelos meios de produção, e para realizarem os seus lucros vendendo bens e serviços produzidos pelos trabalhadores. Seja na agricultura ou na indústria, só no capitalismo a forma dominante de apropriação do excedente está baseada na exclusão de produtores diretos, onde o trabalho excessivo é apropriado. A autora define que expropriar é o mesmo que retirar ou excluir alguém da posse de uma propriedade por meios judiciais: “Os apropriadores utilizavam de meios extra-econômicos para seu crescimento, usavam a coerção direta, exercida por senhores rurais e estado, uso de força superior, poderes militar, judicial e político” (WOOD, 2000, p.12).

Outro conceito importante na teoria marxista da história, é o de consciência de classe. Partimos do entendimento de Marx onde ele diferencia a condição de classe e a consciência de classe, o termo classe pode ser atribuído apenas na sociedade capitalista, em uma sociedade que se divide entre os que tem os domínios dos meios de produção e os que não tem controle desses meios (BOTTOMORE, 2013). Thompson, com base em estudos de Marx desenvolveu o tema de formação de classe articulando a relação entre as pessoas de mesma classe a partir de seus interesses em comum, fazendo uma comparação com a experiência de

classe e a consciência de classe, com os elementos envolvidos no processo de constituição da consciência de classes de um indivíduo, sendo assim ele afirma:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado dessas experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe (THOMPSON apud MATTOS, 2013 p.45).

Em uma primeira aproximação entendo que a consciência crítica é quando o trabalhador consegue enxergar a classe social da qual faz parte, e a partir dessa consciência de classe consegue identificar interesses e necessidades comuns com outros do mesmo grupo social, Mattos (2009, p.16) afirma que: “no capitalismo os que vendem a sua força de trabalho em troca de um salário adquirem na sua experiência comum da exploração a que estão submetidos, a consciência da identidade entre seus interesses, que se opõem aos interesses de seus exploradores”, e neste conflito (luta de classes), constroem sua consciência de classe.

Gramsci, pensador e militante italiano, também contribui para a discussão de classe e luta de classes, trazendo suas reflexões sociais sobre a solidariedade entre a classe trabalhadora e consciência de classe, tudo isso em função dos interesses em comum da classe trabalhadora. Ele afirma então que:

O momento seguinte é a relação das forças políticas, ou seja, a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais. Este momento, por sua vez, pode ser analisado e diferenciado em vários graus, que correspondem aos diversos momentos da consciência política coletiva, tal como se manifestaram na história até agora. O primeiro e mais elementar é o econômico corporativo: um comerciante sente que deve ser solidário com outro comerciante, um fabricante com outro fabricante etc., mas o comerciante não se sente ainda solidário com o fabricante; isto é, sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade

do grupo social mais amplo. Um segundo momento é aquele em que se atinge a consciência da solidariedade de interesse entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. Já se põe neste momento a questão do Estado, mas apenas no terreno da obtenção de uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, já que se reivindica o direito de participar da legislação e da administração e mesmo de modificá-las, dereformá-las, mas nos quadros fundamentais existentes. Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados (GRAMSCI apud. MATTOS, 2013, p. 43).

O desenvolvimento do mercado industrial fez com que os burgueses tivessem cada vez mais posse dos meios de produção, interferindo diretamente nos sistemas de produção que se baseavam na agricultura, manufatura e venda e compra de terras, isso fez com que houvesse uma desestabilização do sistema de propriedades juntamente com o sistema de estamentos. (BOTTOMORE, 2013)

Baseado nessas informações do desenvolvimento do mercado, posse da burguesia sobre os meios de produção e o espaço que os trabalhadores ocupam na sociedade capitalista Bottomore afirma que:

A consciência de estamento é fundamentalmente diferente da consciência de classe. Pertencer a um estamento é uma norma hereditária, claramente evidente a partir dos direitos e privilégios que encerra, ou da exclusão de tais direitos e privilégios. Pertencer a uma classe, porém, depende de conhecer sua própria posição dentro do processo de produção (BOTTOMORE, 2013, p.112).

Marx e Engels observaram a consciência de classe trabalhadora/proletariado e lugar social como um fenômeno que não é fácil de ser explicado. Marx faz apontamentos sobre a diferença entre a existência da classe trabalhadora e a consciência de classe adquirida a partir das suas oposições, na luta de classes. Afirmaram então que:

As condições econômicas transformam primeiro a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Essa massa é, portanto, já uma classe no que se opõe

ao capital, mas não é ainda uma classe para si. Na luta, da qual nós destacamos apenas umas poucas fases, essa massa se unifica, e se constitui como uma classe para si. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta de classe contra classe é uma luta política. (MARX apud MATTOS, 2013, p.36)

Mattos (2013) afirma que no livro de Marx "A Miséria da Filosofia" ele expressou a diferença entre a existência material da classe trabalhadora e a sua tomada de consciência, na luta de classes, através das expressões classe em si/classe para si” (MATTOS, 2013, p.36):

As condições econômicas transformam primeiro a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Essa massa é, portanto, já uma classe no que se opõe ao capital mas não é ainda uma classe para si. Na luta, da qual nós destacamos apenas umas poucas fases, essa massa se unifica, e se constitui como uma classe para si. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta de classe contra classe é uma luta política (MARX apud. MATTOS, 2013, p.36).

A constituição do termo classe pode ser diferenciada em duas dimensões, nomeadas classe em si e classe para si. A classe em si acontece quando os trabalhadores se mobilizam coletivamente a favor de interesses que favorecem uma categoria profissional da qual eles fazem parte, como por exemplo, um conjunto de professores que reivindica direitos apenas para a categoria profissional da qual eles fazem parte, isso é uma forma de consciência em si. Já a classe para si é uma dimensão de classe em que os trabalhadores tem consciência coletiva de seus interesses e de seus inimigos, sendo assim, se organizam para se opor a outras classes, ou seja, a classe para si é uma consciência mais ampliada onde existe uma ação a favor de toda a classe, um apoio geral para a classe trabalhadora.

O autor Montano (2011) em sua obra apresenta as dimensões de classe em si e classe para si, abordando esse tema a partir do entendimento de Marx, afirmando que:

A classe em si é constituída pela população cuja condição social corresponde com determinado lugar e papel no processo produtivo, e que independentemente de sua consciência e/ou organização para a luta na defesa de seus interesses, caracterize uma unidade de interesses comuns em oposição a de outras.[...] A classe para si caracteriza outra dimensão possível da

constituição e da análise da classe. Conformam uma classe para si aquela que, consciente de seus interesses e inimigos, se organiza para a luta na defesa destes (MONTAÑO, 2011, p.97).

Quando o tema se trata de consciência de classes não pode ser desassociado o tema de luta de classes, pois são diretamente interligados. A consciência é uma condição para que a luta revolucionária tenha um rumo que vá além de reivindicações específicas e elabore um conhecimento científico dos princípios da sociedade que procura transformar. Por isso essa teoria tem uma influência construtiva na luta de classes (MONTAÑO, 2011).

A partir do pensamento de Marx, afirma-se que classe, consciência em luta de classes são três dimensões que fazem parte de um mesmo processo. A consciência das pessoas sobre a realidade que pertencem, é determinada pela própria realidade da qual eles vivem (MONTAÑO, 2011). Marx descreve essa questão afirmando que:

O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina sua consciência” (MARX apud MONTAÑO, 2011, p.98).

Assim, o conceito de classe dominante burguesa abrange duas noções: a primeira é a de uma classe economicamente dominante que, em prol da sua posição econômica, domina e controla todos os aspectos da vida social. Em *A Ideologia Alemã*, um livro de Marx e Engels do ano de 1845, essa ideia é expressa da seguinte maneira: “As ideias da classe dominante são, em qualquer época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, sua força intelectual dominante. A classe que possui os meios da produção material tem controle sobre os meios da produção intelectual” (MARX e ENGELS APUD BOTTOMORE, 2013, s.p).

A segunda noção é a de que a classe dominante para manter e reproduzir o modo de produção e as formas de sociedade existentes, deve necessariamente exercer o poder de Estado, isto é, dominar politicamente (BOTTOMORE, 2013).

2.2 Considerações sobre o conceito de Estado

Lênin afirma que o Estado é como um aparelho de opressão da burguesia, destacando-o como núcleo central do Estado burguês, ele ressalta a presença do exército e da polícia como os principais mecanismos coercitivos da burguesia, responsáveis pela repressão e violência, o que se torna inevitável com a presença dos mesmos (MONTAÑO, 2011). Trazendo para uma realidade mais próxima essa afirmação de Lênin permite que seja feita uma correlação direta com a favela, onde as forças policiais atuam como instrumento coercitivo do governo, o que é bastante comum em operações policiais realizadas dentro destes territórios. Lenin afirma também que: “Sem revolução violenta é impossível substituir o Estado burguês pelo estado proletário” (MONTAÑO apud LÊNIN, 2011, p.42).

Marx e Engels acreditavam que o Estado agia/age a favor dos interesses de uma classe, a classe burguesa, e o poder mais importante que essa classe usa para defesa de seus interesses e dominação da classe contrária é o poder coercitivo, impondo sua dominação através das forças policiais e militares, uma força legítima perante o governo. Sendo assim, o Estado burguês só pode ser destruído através da luta, do confronto armado, dado que o Estado é a força armada utilizada pela burguesia (MONTAÑO, 2011).

A favela é uma região que não recebe o apoio do Estado como precisa, Estado que não nos atende e fecha os olhos para o nosso território. Segundo Mendonça (2012), o Estado pode ser definido de diversas maneiras, dentre as correntes de pensamento que definem este conceito estão a matriz liberal e a matriz marxista. Na matriz liberal há um entendimento de que a sociedade é um conjunto de indivíduos e que existe uma natureza do homem desde nascença, ou seja, o homem já nasce com má índole é agressivo, egoísta e tem uma má conduta. Sendo assim o homem seguiria seus instintos deploráveis vivendo incessantemente em guerras e conflitos, em função de seus interesses e individualidades. Para tranquilizar essas situações de conflito era preciso ser feito um acordo pelo próprio Estado, chamado de pacto ou contrato social, o que poderia garantir os direitos naturais considerados fundamentais, a paz entre os homens, a vida e a propriedade. Teoricamente os homens abririam mão da liberdade e de seus interesses individuais em nome de um governante que trataria de conter consequências deploráveis do “estado natural”.

Em síntese a matriz liberal legítima que as pessoas seriam “civilizadas” sob o império do Estado e da lei. O Estado assumiria um papel de neutralidade, onde não favoreceria nenhum indivíduo e trataria todos da mesma forma, ou seja, o Estado estava acima de todos os interesses particulares. O Estado era como um indivíduo que está sempre presente pairando sobre a sociedade a todo momento, porém o Estado tinha uma apresentação temível para a civilização, como o domínio da violência física, o que seria necessário para apartar possíveis conflitos ou manifestações que pudessem ameaçar o contrato feito entre o governante e governados. Então, na matriz liberal está subentendida a identificação entre governante e Estado, base da simplificação acima mencionada (MENDONÇA, 2012).

Mas é possível observar alguns problemas nessa matriz em relação ao papel e definição do Estado, inicialmente se vê que a noção de sociedade por ela veiculada subentende a ideia de que a sociabilidade humana somente ocorre no âmbito político, tornando Estado e governo “naturalmente” sinônimos. Logo depois é possível observar a ideia de Estado como um sujeito que paira sobre as pessoas e a sociedade, tomando iniciativa sem influências ou vínculos com os grupos sociais que a integram. Daí que surgiram as afirmativas “o Estado fez” ou “o Estado decidiu”, etc. É importante destacar que da matriz liberal é derivado o pensamento de que exista uma minoria com tributos especiais, dons, competências ou recursos que detém o poder, dirigindo “naturalmente” a maioria (MENDONÇA, 2012). Assim, entendo que um grande problema do entendimento da matriz liberal ocorre ao afirmar que o Estado torna natural que exista uma minoria com “dons especiais” que deva governar uma maioria que é desfavorecida.

A matriz marxista analisa uma visão de Estado que rompe com o pensamento liberal, para os autores dessa vertente um indivíduo não chega ao governo por meio de seus dons, pois existe um processo histórico-social que determina o presente: “Assim, a origem do Estado reside na emergência da propriedade privada, quando um dado grupo social apropriou-se daquilo que a todos pertencia, subordinando os demais e transformando-os em força de trabalho.[...] Logo o que a matriz marxista representa é a visão histórica e classista da sociedade” (MENDONÇA, 2012, p.351-352). Coutinho (2011) afirma que o Estado na visão marxista tem sua origem na divisão da sociedade de classes, e a sua função é conservar a divisão assegurando que os interesses de uma classe se imponham como interesse geral da sociedade.

Existem diversos autores que escrevem sobre o Estado a partir da matriz marxista, na presente pesquisa utilizaremos as contribuições do pensador e militante italiano Antônio Gramsci (2012). Gramsci entende que: "Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só se justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados" (GRAMSCI apud MONTAÑO 2011, p.45). Na perspectiva deste autor o Estado é definido como Estado ampliado, constituído por duas esferas essenciais, a sociedade política e a sociedade civil. A sociedade política exerce uma dominação de classe mediante a coerção e é representada por aparelhos coercitivos do Estado como a burocracia militar, forças armadas, etc. Já a sociedade civil são organismos sociais em que as classes buscam exercer direção político-intelectual e consenso, por exemplo, sindicatos, igrejas, partidos, Organizações não Governamentais, entre outros.

No âmbito da sociedade civil se adere voluntariamente, por meio da sociedade política ao contrário é exercida sempre uma imposição: "Nesse sentido, ambas as esferas servem para conservar ou promover determinada base econômica, de acordo com os interesses de uma classe social fundamental" (COUTINHO, 2011, p.26). Assim Gramsci (2012) define o Estado ampliado como, sociedade civil + sociedade política. Gramsci diz: "Na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, poderia se dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção)" (MONTAÑO apud GRAMSCI, 2011, pag. 44). Ou seja, o Estado é composto por uma classe que obtém um poder sobre a outra classe distinta, adquirido através da repressão, o que se torna a maior arma para a permanência do poder desta classe.

O italiano afirma que é muito importante que haja formas de construir raciocínios que esclarecem o domínio que o Estado burguês aplica sobre os proletários através da coerção e do consentimento, e entendermos que esses recursos são essenciais para o desenvolvimento do domínio da classe burguesa sobre a classe trabalhadora (MONTAÑO, 2011). Esses fundamentos que visam o consenso fazem parte da chamada sociedade civil, onde a dominação é alcançada a partir do convencimento, sem obrigações.

Essa afirmação de Gramsci faz um paralelo com o que acontece bastante atualmente na favela da Maré, onde a ausência de cursos educativos promovidos pelo Estado é evidente, mostrando a não aplicação de políticas públicas e a falta de atenção do Estado dentro das

favelas. Cursos que dão margem a debates de diversos assuntos, podendo contribuir para a consciência crítica dos moradores. É importante destacar que quando é possível observar alguma ação do Estado nas favelas de forma presencial ou até mesmo na grande mídia, na maioria das vezes essas ações são opressivas usando o poder coercitivo do Estado.

O terceiro setor surge no Estado através de transformações nas leis do Estado com a flexibilização dos direitos dos trabalhadores, e terceirização de serviços estatais atuantes na área da educação. Através dessas transformações surge o terceiro setor servindo como uma justificativa do Estado pela flexibilização dos direitos do cidadão e retirada das responsabilidades sociais como função do Estado e colocando na "mão" do mercado, com a falsa ideia de que o estado deveria gastar menos, o falso pretexto da classe dominante para que exista um setor que ocupe essa função do Estado. As políticas sociais são privatizadas e transferidas ao mercado, inseridas na sociedade civil e assim, o que deveria ser de direito a todos é dirigido a setores privados. Essas políticas públicas sociais são privatizadas transferidas ao mercado (quando geram lucro) e ao terceiro setor (quando não geram lucro), que vende ou fornece “gratuitamente” os serviços sociais. Tudo isso acontece em função da doutrina econômica neoliberal, e assim, ao invés do Estado de oferecer uma educação de qualidade para as pessoas ele oferece uma ajuda de custo para um cursinho voluntário, não investindo diretamente nas escolas, em uma educação pública de qualidade (MONTAÑO, 2011).

Os neoliberais acreditam que dar a mesma oportunidade para todos não é o certo, como se a desigualdade fosse necessária para que houvesse um estímulo no desenvolvimento social, uma concorrência, tudo isso em concordância com as ideias meritocráticas, sendo assim, é possível fazer uma relação com a promoção de cursos pré-vestibulares através de ações voluntárias e não por meio do Estado. Enquanto alguns tem acesso a um ensino de qualidade (neste caso, fora da favela), outros tem um ensino com menor qualidade (dentro da favela), isso explica a aplicação de pré-vestibulares na favela da Maré por meio de ações voluntárias/ caritativas, o que acontece em função da diferença na qualidade de ensino dos que moram e não moram na favela.

Uma tática do Neoliberalismo é instrumentalizar meios do terceiro setor, para que o mesmo seja visto como “bons olhos”, como instituições promotoras de ações solidárias e voluntárias, e o capital se encarrega de tornar a sociedade civil mais amigável, e dócil. Sendo

assim, a funcionalidade do terceiro setor em acordo com o neoliberalismo consiste em que o terceiro setor se torne um meio para que seja "justificado e legitimado o processo de desestruturação da Seguridade social e desresponsabilização do Estado na intervenção Social"(MONTAÑO, 2011, p.13). O terceiro setor age como uma ferramenta amigável em que o Estado é parceiro, e serve como uma espécie de dissipador de conflitos sociais. Mas na verdade o Estado é financiador desses projetos do terceiro setor, promovendo a expansão dessas organizações sem a responsabilidade de promove-las diretamente, pois faz começa a fazer parte do terceiro setor (MONTAÑO, 2011).

É possível observar uma diminuição da participação do Estado na promoção políticas de serviços sociais, o que acontece de acordo com o neoliberalismo onde o Estado deve ter mínima influência sobre o mercado, conseguindo isso através da privatização de serviços sociais estatais, onde esses serviços são transferidos para o mercado em um âmbito lucrativo ou para o terceiro setor em áreas caritativas. Sendo assim a responsabilidade social do Estado diminui, assim como os gastos que eram destinados a área social. Essas ações sociais são cada vez menos financiadas pelo Estado e começa a ser financiada por projetos ligados ao terceiro setor, com a falta de políticas públicas aplicadas pelo Estado surgem então atividades voluntárias como forma de recompor a função do Estado na promoção de serviços sociais, funcionando como uma forma solidária para a sociedade (MONTAÑO, 2011).

Os direitos sociais que as pessoas tinham como um serviço estatal promovido pelo governo se tornam serviços assistenciais e voluntários, serviços que você não tem uma garantia de que vá receber, pois esse serviço se limita a uma atividade caritativa.

Meira (2011) concorda que as Organizações não governamentais (ONGs), e que promovem projetos sociais, fazem parte da sociedade civil, porém aponta que estas ONGs mutuamente são personagens de um “modelo de privatização de serviços estatais essenciais”. Portanto, os projetos sociais ofertados nas favelas podem influenciar na formação da consciência dos moradores da Maré que participam destas atividades, a questão que se coloca é se esta influência contribui ou não para a formação de consciência crítica.

Ao retirar o Estado da responsabilidade da promoção de políticas públicas na área social e transferir para o terceiro setor não acontece por razões financeiras ou porque as Ongs são mais eficientes, mas para que seja retirado o direito do cidadão de ter acesso a políticas sociais de qualidade promovidas pelo Estado (MONTAÑO, 2011).

A relação disto com os pré-vestibulares comunitários é explicada na própria estrutura irregular da sociedade onde o acesso à educação é desigual e é preciso que existam cursos pré-vestibulares comunitários para que haja uma diminuição da desigualdade do acesso à educação, e assim, os que utilizaram dos meios públicos de ensino consigam ingressar na universidade. Com essas informações é possível fazer uma reflexão sobre as contradições dos pré-vestibulares comunitários, pois eles ampliam a possibilidade dos moradores de favela ingressarem nas universidades públicas, mas não necessariamente afirmam que o processo do vestibular é, em si, um processo excludente.

Zagô (2008) acredita que a maior dificuldade dos vestibulandos que vieram da rede pública com o objetivo de ingressar na faculdade vem da qualidade de ensino que eles obtiveram na rede pública em sua jornada estudantil, da qual dependeram para prosseguir os estudos. Sendo assim, os cursinhos pré-vestibulares populares aparecem como uma ajuda para o vestibulando com o intuito de suprir os descompassos adquiridos no ensino público, e assim, ter uma maior chance de ingressar na universidade através do exame de seleção. Mas será que o problema é o ensino das Escolas Públicas ou as condições das Escolas para que o ensino aconteça? Será que o vestibular é realmente um exame que garante o direito dos jovens entrarem na universidade ou é feito para excluir? Mas e as pessoas que não conseguem entrar na faculdade pública através do exame de seleção? As pessoas que não conseguem entrar na universidade pública muitas vezes acabam trabalhando precarizadas, e outra parte luta para pagar faculdade particular.

O Estado não disponibiliza uma quantidade de vagas que atende um número considerável de candidatos que realizam o exame para ingressar na faculdade pública se observarmos o ensino superior como uma forma de inclusão social das pessoas na sociedade, como um processo que te faz entrar no mercado de trabalho com uma boa preparação e o Estado não disponibiliza um número de vagas que atende a população, o vestibular se torna um instrumento de exclusão social. O número de vagas atende uma parcela mínima da população, as pessoas que não conseguem ingressar na faculdade pública através do exame se adequam a uma espécie de “reserva de mercado” para atender a classe burguesa no mercado, onde os indivíduos trabalham de forma precarizada, e o Estado mais uma vez usa seus atributos para favorecer uma só classe, a classe burguesa (ROSSI, 2003).

Segundo o autor Kato (2011) muitas pessoas enxergam as escolas da rede de ensino público como não qualificadas na preparação do aluno de ingressar na universidade pública de ensino, já as escolas e cursos pré-vestibulares de rede privada na nossa sociedade são vistos como instituições que preparam efetivamente os seus alunos para o vestibular, como se fossem as únicas redes adequadas para impulsionar a aprovação do estudante para o ingresso na universidade. Essa visão da sociedade sobre as redes de ensino público se torna comum ao longo do tempo, uma afirmação disso é a implementação do sistema de cotas para estudantes de escola pública em preocupação com o baixo número de estudantes que vieram da rede pública de ensino ingressando em universidades.

Essa desigualdade no acesso à educação acontece por causa do Estado que em seu papel não universaliza o direito a uma educação de qualidade, e assim os que utilizam das redes privadas de educação obtêm vantagem sobre os que contam com as redes públicas de ensino. É importante destacar que a escola pública não deveria ser vista como não qualificada por incompetência dos profissionais educadores, mas sim por condições precárias nas salas de aula e nos materiais de estudo, condições que o Estado deveria se encarregar de resolver.

Há uma regularidade no processo formativo dos jovens, àqueles que têm o capital econômico podem financiar os estudos dos filhos em instituições com maior índice de aprovação para a realização das provas de vestibulares e àqueles desprovidos de tal capital tem que se contentar com um ensino público que ofereça melhoria nas condições trabalhistas dos seus filhos. É comum estudantes justificarem sua permanência na escola para “ser alguém na vida” como se o processo educativo estivesse unicamente a serviço de uma colocação no mercado de trabalho e às condições salariais. A ideia também parece considerar o ser intimamente ligado à formação profissional e aos espaços formativos. É evidente que apenas uma classe sofre com essa desigualdade na qualidade de ensino, a classe trabalhadora, os moradores de zonas periféricas, muitas vezes atuando em trabalhos precarizados, o que influencia diretamente nas condições financeiras impossibilitando integrar seus filhos às escolas de rede privada, escolas com uma melhor qualidade de ensino.

De acordo com o censo da Maré operado pela Ong Redes foi realizada uma pesquisa para obter a informação de quantos domicílios possuem ou não possuem água canalizada, essa pesquisa ocorreu separadamente por territórios na Favela da Maré, entre eles se encontram as localidades da Nova Holanda e Parque União. Na Nova Holanda foram

analisados 4.601 domicílios em que 44 desses domicílios possuíam água canalizada apenas na parte externa da residência e outros 29 que não tem acesso a água canalizada (REDES DA MARÉ, 2019). No Parque União foram analisados 7.600 domicílios em que 125 possuem água canalizada apenas na parte externa da residência e outros 43 domicílios não têm acesso a água canalizada (REDES DA MARÉ, 2019). Com base nessa pesquisa é possível perceber que na Maré existem muitas pessoas que vivem sem acesso a água, o que é uma das necessidades básicas do ser humano. É importante evidenciar os dados referentes a saneamento básico neste estudo, porque com essa informação conseguimos afirmar que a desigualdade social está presente e seus efeitos constituem a favela, que é um território onde existem inclusive pessoas com condições de vida heterogêneas, enquanto uns tem acesso a saneamento, outros vivem em situação de extrema pobreza.

A partir do momento em que as pessoas compreenderem que a forma na qual a sociedade está dividida é errada/injusta, compreenderão que é necessária uma reivindicação por direitos, e que é necessário lutar para que a sociedade não continue sendo dividida em classes. É nesse contexto que se torna necessária a luta de classes, a luta entre o proletariado e o sistema capitalista, onde a elite predomina no âmbito socioeconômico e político, enquanto muitos vivem em situação de pobreza.

O censo da Maré mostra também dados de uma pesquisa que foi feita para descobrir quantas pessoas a partir de 15 anos de idade são alfabetizadas ou não na região. Essa pesquisa foi realizada em duas classificações diferentes, uma por sexo e outra por faixa etária. A pesquisa constatou um total de 105.039 moradores da favela da Maré, destes 54.024 são mulheres e 50.812 homens. Entre as mulheres 3.356 não sabem ler nem escrever, equivalente a 6,2%, e entre os homens 2.925 o que equivale a 5,8%. Na pesquisa por faixa etária concluiu-se que entre as pessoas de 15 a 19 anos de idade 1,1% não sabe ler nem escrever; de 40 a 44 anos 5,4% e das pessoas de 70 a 74 anos, 29,7% também não sabem ler nem escrever (REDES DA MARÉ, 2019).

Estes resultados são relevantes, pois ressaltam a dificuldade de acesso aos estudos para a população trabalhadora que reside em favelas. Questiono: será que o fato de as pessoas moradoras das favelas terem como prioridade o trabalho para garantir suas condições materiais de sobrevivência, por terem que enfrentar dificuldades geradas pelas desigualdades

sociais, por precisarem lutar para garantir o que comer e onde morar, são condições que fazem a alternativa de estudo muitas vezes ser difícil de ser alcançada?

3. PRÉ-VESTIBULARES COMUNITÁRIOS: ASPECTOS HISTÓRICOS NA MARÉ

No presente capítulo, temos como objetivo identificar os aspectos históricos da implantação dos cursos pré-vestibulares comunitários na favela da Maré. Para isto, pesquisamos artigos, teses e dissertações que tratam sobre a história da Favela da Maré e sobre pré-vestibulares comunitários.

Antes da Maré existir como um bairro, as regiões no entorno do local já eram habitadas, desde os tempos coloniais a região da Maré já era ocupada, pois se tratava de um território onde encontravam-se ilhas, praias e manguezais, sem poluição, ligados a Bahia de Guanabara. Porém, ao final da década de 1940 essas ilhas foram anexadas a Ilha do Fundão para que ocorresse a construção da Cidade Universitária vinculada a Universidade Federal do Rio de Janeiro (ARAÚJO, 2012).

A Maré já foi um território habitado por indígenas, esta presença histórica dos indígenas é constatada através dos nomes dados a algumas regiões dentro da Favela, como por exemplo, Timbau, que é uma localidade que compõe o complexo de Favelas da Maré, cuja palavra é de origem indígena, que significa em tupi-guarani “entre as águas” (ARAÚJO, 2012).

Com a implantação das linhas ferroviárias no Rio de Janeiro, no fim do século XIX, começaram a ser construídos diversos prédios no entorno das estações de trem, uma das regiões da zona norte do Rio de Janeiro onde ocorreram estas obras foi em Bonsucesso, bairro próximo ao Complexo de Favelas da Maré. Houve um grande estímulo para a construção de prédios ao entorno da estação de Bonsucesso, e ao longo do tempo o território foi sendo transformado em um espaço urbano. Inclusive, uma grande instituição que foi construída no entorno da região foi o Instituto Oswaldo Cruz,² que por sua relevância na área de pesquisas científicas chamou uma maior atenção para aquele local.

É importante destacar que com a modernização da cidade comandada por Pereira Passos³ iniciada a partir de 1902, a região central do Rio de Janeiro foi valorizada, e como

² Maiores informações sobre a história da implantação do Instituto Oswaldo Cruz, atualmente Fundação Oswaldo Cruz, instituição pública federal de ciência, pesquisa, ensino e assistência à saúde, podem ser encontradas em: <https://portal.fiocruz.br/historia>

³ Conforme dito pelo professor de História Eduardo Bueno, no vídeo “A HISTÓRIA DA AVENIDA RIO BRANCO”, para que o processo de modernização da cidade fosse realizado e a inauguração da Avenida Central

consequência dessa reforma na região central a população pobre que residia nestes territórios foi exotada para outras regiões da cidade, situadas em zonas suburbanas (ARAÚJO, 2012).

O Complexo de Favelas da Maré teve seu início na década de 1940, quando as pessoas começaram a ocupar o território, isso ocorreu como consequência do desenvolvimento industrial, com isso muitas pessoas de outros estados (predominantemente nordestinos), optaram por migrar para uma área mais próxima da cidade em busca de trabalho. Houve um intenso fluxo migratório para Rio de Janeiro e São Paulo. No Rio de Janeiro essas migrações fizeram com que os problemas da falta de moradias populares e a ausência de uma política pública habitacional só aumentassem. Desde a década de 40, esses cenários começam a se tornar cada vez mais comuns e as favelas se tornam um fenômeno urbano, visto como terrenos ocupados por imigrantes porém, esses terrenos só eram ocupados se não fossem favoráveis, ou melhor, se não houvesse interesse econômico das classes dominantes nestes territórios, como morros, encostas, pântanos, etc. A Favela da Maré foi iniciada em um destes locais (SILVA, 2006; ARAÚJO, 2012).

Nessa época, na década de 1940, a Maré não era um local favorável para se morar, pois se tratava de um terreno pantanoso e não urbanizado, mas mesmo em condições desfavoráveis as pessoas começaram a construir casas em palafitas⁴, e assim, expandir-se por toda região (SILVA, 2006).

(atual Avenida Rio Branco) ocorresse os locais de moradia de milhares de pessoas foram derrubados, e como resultado, essas pessoas foram mandadas para favelas localizadas em morros no Rio de Janeiro. (BUENO, 2018). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_UDYnnQSDzk

⁴ Palafitas são um tipo de habitação sustentada por estacas às margens de um rio ou qualquer outra área alagadiça (BARBOSA, 2020).

Figura 2 – Casas de palafitas nos anos iniciais da favela da Maré



Fonte: Rede Memória da Maré apud Silva, 2006, p.113

Em 1946 é construída a Av. Brasil com o objetivo de melhorar a comunicação com as áreas suburbanas da cidade, com a construção da Avenida conseqüentemente foram construídas diversas indústrias ao seu entorno, e com o desenvolvimento econômico no local conseqüentemente ocorre um aumento populacional na região. A construção da Av. Brasil foi de extrema importância para o surgimento da Maré, proporcionando trabalho aos moradores pois muitos dos primeiros moradores da Maré trabalharam na construção da Av.

Brasil, facilitando o transporte do morador para o centro da cidade. E passando a ser a principal porta de entrada para o centro da cidade do Rio de Janeiro (SILVA, 2006).

Na década de 60 também há relatos de pessoas de baixa renda que foram expulsas dos lugares onde moravam, em razão de uma “modernização” da cidade, onde o Governante Carlos Lacerda colocou em prática uma política de remoção de favelas para áreas distantes, áreas desvalorizadas. Essa reforma fez com que muitas favelas da Zona Sul fossem removidas, sendo assim, muitos moradores foram morar na favela da Maré (SILVA, 2006).

As palafitas no Complexo da Maré começaram a ser vistos como símbolo de miséria do país até a década de 80, quando o governo interveio através do projeto-Rio com o aterro das áreas da Maré que se encontravam alagadas, transferindo os moradores dessas áreas impróprias para conjuntos habitacionais construídos em outras regiões situadas na Maré, onde hoje são identificadas como Vila do João, Vila do Pinheiro, Conjunto Pinheiro e Conjunto Esperança. E em 1996, a Maré começa a ser reconhecida oficialmente como um bairro do Rio de Janeiro, sendo formada por diversas culturas e histórias, que definem o que ela é hoje (SILVA, 2006).

Após realizar estas pesquisas e ler mais sobre a história da Maré percebo que foi muito importante para mim, pois como morador da Maré isso se torna relevante não apenas porque contribui para o desenvolvimento da pesquisa, mas por me ajudar a obter um maior aprendizado sobre a história do lugar onde eu vivo e moro desde que nasci.

Um dos primeiros registros de aparição de um curso pré-vestibular comunitário no Brasil, se deu no ano de 1976, no estado do Rio de Janeiro, no município de São Gonçalo, um curso voltado para questões da cultura negra organizado pelo Centro Brasil-África. A partir desse curso começaram a surgir muitos outros cursinhos comunitários no Rio de Janeiro e no Brasil, o que nos faz pensar que através desses cursos que se iniciaram no estado houve um grande estímulo para a abertura de outros cursos comunitários por todo o Brasil (SILVA, 2006).

Dados do Observatório social da Maré/CEASM mostram a quantidade de instituições que atuavam na Maré, classificadas de diferentes maneiras, como instituições não governamentais, Instituições religiosas, Instituições comunitárias, entre outras. Mas o autor afirma a quantidade de cursos existentes na Maré não é o suficiente para atender todos os moradores da favela, ressaltando que isso acontece por causa do governo que em sua função

de promover serviços públicos, funciona com precariedade, contribuindo pra que cresça cada vez mais a quantidade de iniciativas comunitárias promovidas na favela (SILVA, 2006).

A Maré historicamente tem uma oferta de educação pública extremamente baixa em sua região, porém houve mobilizações locais que agiram e contribuíram para que este problema fosse reduzido como, por exemplo, a associação de moradores da Maré e a Ong REDES da Maré que realizaram o movimento “Maré que Queremos” no início do ano de 2012. O grupo fez uma análise das demandas das instituições de ensino fundamental na região da Maré e apresentou um requerimento para a construção de novas unidades à prefeitura municipal que concordou com a proposta e criou o Campus Educacional da Maré.

No ano de 2019, a Maré contava com 44 escolas públicas que disponibilizam acesso da creche ao ensino médio. É importante destacar que de acordo com os dados do Censo Maré do ano de 2013 é possível notar que o número de escolas atuantes na região era praticamente metade do que é atualmente, ou seja, embora a quantidade de escolas ativas não seja suficiente para suprir toda a demanda da Maré o número de escolas operando na região foi dobrado (REDES MARÉ, 2019).

Outro dado importante é que apenas 37,6% da população da Maré conseguiu terminar o ensino fundamental, e cerca de metade dos que concluíram o fundamental não completaram o ensino médio em seguida (REDES MARÉ, 2019).

Cerca de 19,6% (1.401) dos adolescentes da Maré entre 15 e 17 anos estão fora da escola. Ressalta-se que essa nesta faixa etária os jovens estão passando por uma fase estudantil muito importante no ensino médio, pois é requisito obrigatório a conclusão desta etapa para ingresso em uma faculdade e início de uma graduação.

Na Maré 87,2% dos jovens estudam em escola pública e a rede privada absorve apenas um em cada oito estudantes da Maré, equivalente a 12,8% dos estudantes, porém 10,9% pagam pelo serviço e 1,9% não tem custo (estudam através de bolsas). Ou seja, a maioria dos moradores da Maré dependem das redes públicas de ensino para uso próprio ou de familiares.

A maior parte dos estudantes moradores da Favela (67,7%) estuda escolas localizadas no próprio território. A maioria dos estudantes estudam em escolas localizadas dentro da favela, e esse dado não é evidente tanto na rede pública (69,5% dos alunos de escolas públicas estudam em colégios localizados dentro da Maré) como, também, na rede privada (55,3%

dos alunos de escolas privadas estudam em colégios localizados dentro da Maré), ou seja, a maioria dos estudantes da Maré dependem das escolas que operam no território (REDES MARÉ, 2019).

Os problemas de ensino na Maré não se relacionam apenas ao número de escolas existentes na região, a qualidade de ensino oferecida aos alunos também é um problema grave que está presente nas escolas, não por incompetência dos profissionais de educação mas pela precariedade nas condições de ensino, como o existente limite excedido de alunos em sala de aula, falta de materiais de estudo, tudo isso decorrente tanto de fatores internos quanto externos às instituições de ensino, dessa forma as crianças e adolescentes moradores da Maré ficam sujeitos a déficits comuns à educação pública (REDES MARÉ, 2019).

É importante destacar a existência de um grande problema que ocorre na favela da Maré e influencia diretamente na qualidade de ensino dos estudantes moradores da favela: a violência entre policiais e traficantes através de confrontos armados em operações policiais. Como consequência desses confrontos as escolas da região não funcionaram 25 dias em 2016, 35 dias em 2017, e esses são apenas dois dados do que acontece todos os anos na favela da Maré. Essa guerra entre a polícia e os traficantes além de provocar a perda de aula dos alunos afeta psicologicamente tanto a vida dos trabalhadores professores quanto a dos alunos e seus familiares gerando estresse, preocupação, ansiedade, etc (REDES MARÉ, 2019).

Segundo Silva (2006), as escolas públicas de ensino fundamental e médio estão longe de proporcionar uma formação de qualidade e cidadã que qualifique o aluno a alcançar seu ingresso ao ensino superior, o autor também afirma que é importante levar em consideração também o fato de que os conteúdos exigidos nos vestibulares são muito superiores aos aplicados aos alunos do ensino médio da maioria das escolas públicas de ensino. A questão que deveria ser colocada é: quais são as condições das escolas públicas e por quais motivos elas são desiguais em relação às escolas particulares? Portanto, a afirmação de Silva não condiz com meu pensamento, não concordo quando é feita a afirmação de que todas as escolas públicas de ensino fundamental e médio estão longe de proporcionar uma formação de qualidade e cidadã.

Existem diversas escolas como EPSJV, Colégio Pedro II, Centros Federais de Educação (CEFET), Institutos Federais do Rio de Janeiro (IFRJ), por exemplo, que proporcionam um ensino de ótima qualidade (CONIF, 2020). Não são todos os alunos que

tem a oportunidade de estudar nessas instituições de ensino, porém a afirmação de que todas as escolas públicas de ensino fundamental e médio não têm uma educação de qualidade se torna falha e pode apontar para uma valorização das escolas privadas e não para a defesa do acesso universal às escolas públicas e para a necessária defesa de investimento na educação pública com ampliação do número de vagas, investimento em equipamentos e infra estrutura, redução do número de alunos por turma e valorização dos professores.

Os estudantes moradores da Maré passam por diversos problemas educacionais ao decorrer de sua jornada estudantil que podem vir a prejudicar a qualidade de ensino recebida pelos jovens e a sua experiência de ensino e aprendizado. Outro aspecto que também dificulta o desempenho escolar dos alunos é a condição sócio-econômica precária da maioria das famílias que moram na favela da Maré que impõe uma valorização da busca por emprego e trabalho para a juventude trabalhadora em detrimento à valorização e ao incentivo aos estudos como algo indispensável na vida de qualquer pessoa (REDES MARÉ, 2019).

É neste cenário que os cursos pré-vestibulares comunitários surgem como parte da sociedade civil cumprindo um papel de extrema relevância e que têm como objetivo ajudar os moradores da favela a conseguirem ingressar na universidade pública, ampliando a possibilidade de acesso dos moradores ao ensino superior.

Aproximadamente 1% dos moradores da favela da Maré tem pós graduação concluída, porém: “é relevante destacar que o acesso ao ensino superior já é uma conquista de 2,4% da população da Maré, uma vez que, além dos 1.334 (0,96%) moradores que concluíram a graduação, este Censo contabilizou que 366 a interromperam (sem concluir) e 1.651 cursando esta etapa” (REDES MARÉ, 2019, p.72).

As universidades públicas do Brasil são desde seu início até os dias de hoje um espaço ocupado predominantemente por pessoas das frações médias da classe trabalhadora e da classe dominante, este cenário começou a mudar a pouco tempo atrás, quando as pessoas de classes populares começaram a conseguir alcançar seu ingresso as faculdades públicas. O aumento de alunos que fazem parte de classes populares alcançando as fases do ensino fundamental e médio, e a atuação dos movimentos que se mobilizam a favor da democratização do acesso à educação pública e de qualidade, dando destaque aos pré-vestibulares populares, têm tido um papel de extrema importância nesta mudança recente que

passam as universidades públicas, e o acesso a ela por parte de pessoas de classes populares (SILVA, 2006).

Os cursos pré-vestibulares comunitários são iniciativas educacionais de variadas associações, trabalhadores da área de educação, grupos comunitários voltados a atender uma parte da população que é colocada em situação de desvantagem em relação ao seu ingresso a universidade pública por sua condição socioeconômica desfavorecida, por sua condição de classe, e estes cursos atuam com o objetivo de preparar os estudantes de classes populares para os vestibulares, a favor da democratização do acesso ao ensino superior (NASCIMENTO, 2002).

O primeiro curso pré-vestibular comunitário (CPV) da Maré começou a se moldar entre o período de agosto de 1997 a fevereiro de 1998, neste período os fundadores do curso mobilizaram um grupo moradores Maré com formação completa, ou em andamento, no ensino superior para atuar como professores do curso. O CPV-Maré do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM) em seu início contou com o apoio da associação de moradores do Morro do Timbau que disponibilizou o espaço em que o curso ocorreria. O CEASM contou com o apoio de uma universidade local, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) através do pré-vestibular desenvolvido pelo Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SINTUFRJ) que ajudou com a disponibilização de materiais didáticos para uso dos alunos do curso como instrumento pedagógico na sala de aula, contribuindo para a melhora da estrutura dos conteúdos do curso (SILVA, 2006).

O CEASM começou as atividades em fevereiro de 1998, mas devido ao estado precário do local que tinham disponível para iniciar o curso foi utilizado um espaço oferecido pela Igreja Matriz Nossa Senhora dos Navegantes, que disponibilizou um espaço em duas salas da igreja para que fossem iniciadas as atividades do CPV. As atividades iniciaram-se com a participação de 13 professores, todos moradores da favela da Maré, o curso fazia um processo de rotatividade de alunos, para que mais pessoas pudessem ter a oportunidade de usufruir deste curso, durante o primeiro ano de funcionamento o CPV contou com a participação total de 188 alunos (SILVA, 2006).

É importante citar que a demanda de alunos no CPV-Maré desde seu início foi maior que as disponibilidade de vagas oferecidas pelo curso, ou seja, os estudantes da Maré almejavam alcançar seu espaço nas universidades, porém careciam um espaço educativo que

disponibilizasse uma assistência educacional que os ajudasse na caminhada até seu ingresso na universidade (SILVA, 2006).

Em nosso país é evidente que existiram e existem desigualdades no processo de formação da sociedade e o acesso à educação não é distribuído de maneira universalizada, mas apesar destes impasses os cursos pré-vestibulares contribuem para que pessoas de origem popular venham a alcançar seu ingresso na universidade, e o trabalho destes cursos indica a sua persistência na luta pela igualdade, não só pela igualdade relacionada ao ensino, mas também pela igualdade social, racial e pelo respeito às diferenças. (NASCIMENTO, 2002).

No início do ano de 1998 o CEASM ainda passava por um processo de construção de um local independente com o objetivo de criar um espaço voltado exclusivamente a realização de atividades educacionais do curso pré-vestibular. Em meados de 1998 as obras foram concluídas e foram construídas duas salas de aula com a ajuda de e apoio de alunos e professores do curso, após a conclusão obras o CEASM mudou-se das salas disponibilizadas pela Igreja para sua sede (SILVA, 2006).

No primeiro ano de funcionamento do curso pré-vestibular o curso atingiu a grande marca de 40% de alunos aprovados (alunos que frequentaram o curso até o final do ano letivo), ou seja, o CPV-Maré foi um sucesso e o rendimento dos alunos com o auxílio do curso mostrou as possibilidades do curso, sendo possível perceber neste primeiro ano como o papel deste curso foi de extrema importância na formação educativa, intelectual e social de seus alunos (SILVA, 2006).

Os fundadores do CPV-Maré criaram o curso com o objetivo de obter um maior número de estudantes aprovados e formar os alunos intelectualmente e socialmente para que os indivíduos de classe popular que venham adquirir conhecimento e uma visão de mundo coerente se tornando aptos a produzir um processo de transformação social efetivo. Esse processo ajuda os estudantes moradores da favela da Maré a ter uma nova concepção do território em que eles vivem e influenciar na busca de formas de transformar este espaço algo melhor, principalmente no que se relaciona a disponibilização do acesso dos moradores a espaços culturais e educacionais na favela (SILVA, 2006).

No sítio virtual do CPV-Maré (CEASM), é relatado como está a situação do curso e como estão nos dias atuais:

Atualmente, o curso pré-vestibular não conta com nenhum tipo de financiamento e as atividades são realizadas com o esforço conjunto do nosso coletivo de educadores, alunos e ex-alunos, através da realização de eventos, rifas, venda de alimentos e outras iniciativas que buscam arrecadar dinheiro ou doações para viabilizar as nossas atividades (CEASM, 2020).

É possível perceber que o curso pré-vestibular comunitário conta com a participação de moradores da favela da Maré para sua realização e o governo não apoia com nenhum tipo de financiamento estas iniciativas. O Estado não cumpre com sua função de universalizar e promover uma educação de qualidade a todos, mas afirma seu caráter de classe quando desfavorece a juventude trabalhadora. Esta situação de precariedade em relação ao acesso ao ensino superior prejudica os jovens trabalhadores residentes em favelas a alcançar o ingresso na universidade pública. No entanto, os trabalhadores das periferias ou favelas não se contentam com esta situação de desigualdade e criam meios de ingressar na faculdade pública, um destes meios são os cursos pré-vestibulares comunitários. Estes cursos podem significar para a juventude trabalhadora uma forma de resistência contra a exclusão que o Estado capitalista promove.

Ao conhecer mais sobre cursos pré-vestibulares comunitários, Nascimento (2002) afirma que é possível observar que as preocupações destes cursos vão muito mais além do ensino para passar no vestibular, os cursos trazem à tona discussões como desigualdade social, racial, preconceito, ou seja, elementos importantes que estão diretamente ligados as pessoas que utilizam dos meios de ensino proporcionados pelos pré-vestibulares comunitários.

Para Souza e Silva (2008) os pré-vestibulares comunitários atuam com propósitos educacionais tendo em vista a ideia de cidadania. O autor traz à tona dois tipos de cidadania em que um curso pré-vestibular pode se basear, a cidadania liberal e a cidadania progressista. A cidadania liberal concorda com o que está escrito na lei, uma igualdade formal e jurídica, que todos os cidadãos são iguais e a lei se aplica a todos igualmente. A cidadania progressista avança em relação aos questionamentos de desigualdade real, que está presente em questões como moradia, raça e classe. Espero que na Maré surjam pré-vestibulares comunitários de iniciativa dos moradores que adotem o modo de cidadania progressista, pois além de ser

importante ingressar no ensino superior é fundamental que o trabalhador morador da favela tenha conhecimento de sua posição social, econômica e racial para confrontar as desigualdades que estão presentes historicamente neste país.

CONCLUSÕES

Neste TCC o objetivo geral foi analisar determinações históricas da implantação de pré-vestibulares comunitários na favela da Maré e entre os objetivos específicos estavam identificar a relação entre o Estado e a implantação de cursos pré-vestibulares comunitários e identificar aspectos históricos da implantação de cursos pré-vestibulares comunitários na favela da Maré.

O capítulo dois foi desenvolvido com o intuito de trazer uma resposta ao primeiro objetivo específico que é identificar a relação entre o Estado e a implantação de cursos pré-vestibulares comunitários. O desenvolvimento do primeiro capítulo desta pesquisa possibilitou que fosse feito um aprofundamento teórico sobre os conceitos de Estado e Classe Social através da perspectiva de diversos autores que utilizam do método materialista histórico dialético com o intuito de chegar uma definição relevante dos conceitos retratados na pesquisa com a perspectiva de diversos autores. O aprofundamento destes conceitos foi necessário para que houvesse um melhor entendimento dos assuntos que foram relatados nesta pesquisa. Após o aprofundamento foi feita a relação destes conceitos com a favela e neste diálogo entrou diretamente em discussão a relação entre a favela e o Estado em sua função de promover políticas públicas que resultassem em uma educação de qualidade e justa para todos os cidadãos. Ao fazer levantamentos bibliográficos foi possível perceber que o Estado não cumpre com êxito seu papel de integralização da educação e como a desigualdade está presente em nossa sociedade principalmente nos meios pedagógicos, ou seja, o Estado assume um papel elitista e não igualitário diante da sociedade.

O capítulo dois foi desenvolvido com o intuito de trazer uma resposta ao segundo objetivo específico, sendo ele identificar aspectos históricos da implantação de cursos pré-vestibulares comunitários na favela da Maré. Ao levantar dados sobre a Maré foi possível identificar diversos aspectos negativos relacionados a aplicação de um ensino de qualidade e justo dentro da favela.

A desigualdade afeta diretamente os moradores da favela da Maré que ficam sujeitos a diversas condições desfavoráveis em comparação a pessoas que não vivem aquela realidade dentro das favelas (frequentes conflitos armados dentro do território da Maré entre a policiais

e traficantes, priorização do trabalho para garantir suas condições materiais de sobrevivência por causa da desigualdade social, etc.).

Ao identificar os aspectos históricos da implantação de cursos pré-vestibulares comunitários no território da Maré e os objetivos destes cursos de ampliar o acesso de pessoas de classe popular a ambientes universitários ficou evidente a desigualdade presente nesses espaços, pois não precisariam existir cursos pré-vestibulares voltados a pessoas de classe popular se não existisse a desigualdade no acesso a um ensino público de qualidade.

Com o desenvolver da pesquisa foi possível perceber as faculdades públicas como espaços elitizados, e enxergar o vestibular como um processo que estimula a exclusão social. De acordo com os exemplos levados em consideração nesta pesquisa, percebe-se que os moradores da Maré carecem de uma qualidade de ensino de qualidade e justa. Seria extremamente importante o Estado promover políticas públicas que resultassem um ensino de qualidade para os moradores da favela, através do investimento em materiais de estudo, no ambiente de estudo dos alunos, etc.

Quando iniciamos o projeto desta pesquisa em 2019 discutimos e criamos propostas de objetivos para desenvolvê-lo, um destes objetivos era ir até a Ong Redes da Maré e fazer a análise documental e posteriormente fazer uma entrevista com alunos de diferentes pré-vestibulares situados na favela da Maré, porém no início do ano de 2020, no mês de março, a pandemia atinge o Brasil e, conseqüentemente, ficamos impossibilitados de ir até a ONG. Além disso não conseguimos nos comunicar com a ONG através de e-mails, pois a atenção da titulação estava voltada para distribuições de cestas básicas na favela da Maré. A partir deste momento de pandemia foi bastante difícil desenvolver a pesquisa, pois tivemos que modificar os objetivos que já havíamos nos programado anteriormente.

No entanto, as dificuldades no desenvolvimento do estudo foram muito mais além da modificação nos objetivos da pesquisa. Durante a quarentena tive problemas com relação ao acesso a ferramentas de estudo que me possibilitassem desenvolver a monografia, pois meu computador tinha quebrado, além disso meus pais que trabalham como vendedores ambulantes na rua ficaram impossibilitados de trabalhar por muito tempo, ou seja, além das preocupações em relação as modificações na monografia, havia preocupações com a situação financeira da minha família, pois ficamos sem renda por um longo período.

Após quatro meses sem renda meus pais voltaram a trabalhar e eu tive que ajuda-los trabalhando com eles na rua. Mas apesar de todas as dificuldades a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), enquanto escola pública federal concedeu uma assistência muito boa para os alunos, disponibilizando cestas básicas mensais para todos os seus alunos e fazendo empréstimos de dispositivos para acesso ao ensino a distância (laptops, computadores e tablets) e chips de internet.

É importante destacar que para a continuidade dos meus estudos, e conclusão da monografia, foi fundamental a EPSJV ter disponibilizado estas ferramentas de estudo, e foi aí que percebi como é importante as escolas darem uma assistência a seus alunos, e foi isso que a EPSJV fez, pois estas ferramentas disponibilizadas pela escola foram um fator determinante para eu conseguir dar continuidade aos meus estudos.

Mas mesmo tendo todos os obstáculos, dificuldades e limitações, acredito que desenvolvi uma boa pesquisa, aprendi mais sobre o lugar onde eu nasci, cresci e vivo até hoje. Aprendi sobre conceitos Estado e Classe Social dos quais não obtinha um conhecimento tão aprofundado como tenho agora e debates sobre a favela, no que se relaciona a sociedade em geral, como as pessoas veem, como o Estado age nesses espaços, a classe da qual os moradores fazem parte, e a opressão do Estado e seu caráter elitista e nada igualitário nesses espaços favelados. Acredito que este trabalho agregou bastante no meu conhecimento como aluno politécnico, morador de favela e integrante da classe trabalhadora.

Espero que com este TCC eu tenha contribuído com a produção de conhecimento para os leitores em relação à favela e em relação aos vestibulares como um processo não igualitário promovido pelo Estado. É importante dizer, conforme mencionado na metodologia deste TCC, que há dificuldade em encontrar estudos produzidos sobre a temática dos pré-vestibulares comunitários na favela da Maré. Assim, acredito também que este trabalho poderá causar um impacto social positivo para quem estiver lendo, em questão de obter conhecimentos que não tinham antes, assim como eu ao desenvolver essa pesquisa.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Helena Maria Marques. **Museu da Maré: entre educação, memórias e identidades**. Rio de Janeiro, 2012. 238p. Tese de doutorado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/21758/21758_6.PDF Acesso em: 08 set. 2020.

BARBOSA, C. Como vivem os moradores de uma das maiores favelas de palafitas do Brasil. **Jornal Brasil de fato**. Pará, 19 de julho, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/19/como-vivem-os-moradores-de-uma-das-maiores-favelas-de-palafitas-do-brasil> > Acesso em: 23 de setembro de 2020.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar. 2013

BUENO, E. **A história da Avenida Rio Branco| Eduardo Bueno**. 2018. (11m35s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UDYnnQSDzk&t=236s>. Acesso em 12 de janeiro de 2021.

CALVO, et.al Estratificação de municípios brasileiros para avaliação de desempenho em saúde **Epidemiol. Serv. Saude**, Brasília, 25(4):767-776, out-dez, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/resource_ssm_path=/media/assets/ress/v25n4/2237-9622-ress-25-04-00767.pdf > Acesso em: 01 de outubro de 2019.

CAMPOS, A. **Do quilombo à favela: a produção do espaço “criminalizado”** no Rio de Janeiro. 2ª ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

COMUNIDADES CATALISADORAS. **Painel Unificador Covid-19 nas favelas do Rio de Janeiro**. 2021. Disponível em: <<https://experience.arcgis.com/experience/8b055bf091b742bca021221e8ca73cd7/>> Acesso em: 14 jan. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE - CONASS. **Painel CONASS Covid19**. Disponível em: <http://www.conass.org.br/painelconasscovid19/> Acesso em: 13 jan. 2021.

COUTINHO, C.N. **O leitor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO- EBC. **ONG diz que Maré acumula mais de 700 suspeitas de Covid19 sem teste**. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-06/ong-diz-que-mare-acumula-mais-de-700-suspeitas-de-covid-19-sem-teste> > Acesso em: 03 jul 2020.

FERNANDES, Fernanda. **Maré: Uma cidade dentro do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/3086-mare-uma-cidade-dentro-do-rio-de-janeiro>> Acesso em: 25 de setembro de 2019.

FIELL, R. **Da favela para as favelas: História e experiência do repper Fiell**. Rio de Janeiro: Coletivo visão da favela Brasil, 2011.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Volume 3. Maquiavel, notas sobre o Estado e a Política. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

GUTIERRES, K.A. **Avanços e retrocessos: o terceiro setor e os impasses para a construção democrática no Brasil**. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-28052007-140552/publico/TESE KELLEN ALVES GUTIERRES.pdf> Acesso em: 24 de setembro de 2019.

KATO, D. S. **O papel dos cursinhos populares nos acessos e mudanças de perspectivas de seus participantes**. Caderno Cimeac, Ribeirão Preto, n.01, 2011, p. 5-24.

KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

MARX, K. Elementos fundantes de uma concepção materialista histórica. In: NETTO, J.P. **O leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, P.133-160.

MARX, K.; Engels, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Estud. av. São Paulo, v. 12, n. 34, p. 7-46, dez. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000300002&lng=en&nrm=iso. Acesso em 30 de abril de 2020.

MATTOS, M. B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2009.

MEIRA, J.C. Organizações sociais e as parcerias na administração pública: o caso de Uberlândia –MG. In: **Revista Ágora**, Vitória, n.15, 2012, p. 90-109.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **COVID-19: Painel Coronavirus**. 2021. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 13 jan. 2021.

MENDONÇA, S.R. Estado. In: CALDART, R.S. et.al. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p.349-355.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NASCIMENTO, Alexandre. **Universidade e cidadania: o movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares**, LUGAR COMUM - Estudos de mídia, cultura e democracia. Vol 17, p. 45-60, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1ª.ed, São Paulo: Expressão Popular, 2011.

REDES DA MARÉ. **Censo Populacional da Maré**. Rio de Janeiro: 2019. Disponível em: <https://redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/CensoMare_WEB_04MAI.pdf> Acesso em: 03 de outubro de 2019.

ROSSI, E. C. **O vestibular como instrumento de exclusão social**, São Paulo: Seminário Internacional de Educação e Políticas e Teorias, 2003.

SILVA, **Ampliando Futuros: O Curso Pré-Vestibular Comunitário da Maré**, Rio de Janeiro, 2006.

WOOD, E.M. **As Origens agrárias do capitalismo**. Crítica Marxista, São Paulo, Boitempo, v.1, n.10, 2000, p.12-29.

ZAGO, N. **Cursos pré-vestibulares populares: limites e perspectivas**. Perspectiva, Florianópolis, v.26. n.2, 2008, p.149-174.